



## Interpeleção Escrita

Em meados do mês passado, a polícia descobriu um centro de distribuição de droga num edifício sito nos NAPE, deteve dois homens e apreendeu 210 gramas de *ice* e 110 comprimidos de “ma gu” com 10.93 gramas de peso. Alguns suspeitos encontram-se ainda em fuga. Segundo a PSP, provou-se que a fracção em causa era uma pensão ilegal onde se procedia à distribuição de droga. Em meados do corrente mês, a Direcção dos Serviços de Turismo e a Polícia actuaram em conjunto, deslocaram-se a uma fracção de um edifício sito na Taipa, suspeita de funcionar como pensão ilegal, onde descobriram nove pessoas - um visitante e suspeitos arrendatários - todas não residentes, e entre as quais três declararam ter entrado em Macau ilegalmente. Isto demonstra que é frequente a situação de prestação ilegal de alojamento, que muito afecta a segurança dos residentes e da sociedade em geral.

Na fase inicial da entrada em vigor da lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento, esta foi executada de forma activa e rápida pelos trabalhadores da linha da frente, e certamente produziu algum efeito dissuasor junto dos operadores das pensões ilegais, no entanto, os respectivos métodos de exploração foram-se alterando. Anteriormente, os destinatários de alojamento ilegal eram turistas e agora passaram a ser pessoas que exercem funções de bate-fichas ou que frequentam os casinos, e que arrendam fracções por longos períodos de tempo para acolhimento de jogadores e de chineses continentais na procura de fortuna. Assim, as pensões ilegais estão a transformar-se, gradualmente, em locais onde se concentram actividades de pornografia, jogo e droga, e onde ocorrem frequentemente crimes. Por isso, à exploração de pensões ilegais não aplicam apenas infracções administrativas de natureza económica em geral, porque a natureza da sua exploração já mudou. No entanto, a reacção das autoridades é sempre lenta, não consegue acelerar os trabalhos de avaliação



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

das leis nem executá-las tendo em conta a realidade da situação social, o que só complica os problemas e arrasta a sua solução.

No debate das LAG para 2014 da área dos assuntos sociais e cultura, o Secretário Cheong manifestou que ia avaliar a lei sobre a matéria durante este ano. A Directora dos Serviços de Turismo, Maria Helena de Senna Fernandes, manifestou, na sua tomada de posse, que a DST ia dar grande importância à questão das pensões ilegais e reforçar o respectivo combate.

Sendo assim, interpelo as autoridades administrativas sobre o seguinte:

1. As pensões ilegais já perturbam a vida dos residentes ao longo de muitos anos e é uma questão a que a sociedade presta grande atenção. Em que altura deste ano é que as autoridades vão começar a avaliar a lei em causa?

2. Para fazer face à diversidade de questões relacionadas com as pensões ilegais, de que medidas mais eficazes ou mecanismos inovadores dispõem as autoridades? Para que a execução da lei seja mais eficaz, as autoridades devem pensar em introduzir mudanças no que respeita às entidades responsáveis pela execução da lei, substituindo a Direcção dos Serviços de Turismo pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública. Vão fazê-lo?

A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

Song Pek Kei  
22 de Janeiro de 2014